

ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

GAVETA DE JORNALISMO CULTURAL V



ADELICIO MACHADO DOS SANTOS

GAVETA DE JORNALISMO CULTURAL V

EDITORA PASCAL

2025

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Adelcio Machado Dos Santos

Conselho Editorial

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr. Raimundo José Barbosa Brandão

Dr. Othon Carvalho Bastos Filho

Dr. Claudio Alves Benassi

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub

M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237g

Santos, Adelcio Machado dos

Gaveta de Jornalismo Cultural V / Adelcio Machado dos Santos — São Luís: Editora Pascal, 2025.

40 f. : il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-134-7

D.O.I.: 10.29327/5521336

1. Jornalismo. 2. Cultura. 3. Interdisciplinar. 4. Linguagem. I. Santos, Adelcio Machado dos. II. Título.

CDU: 82-92

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

2025

www.editorapascal.com.br

*Livro dedicado
a Isabel Conte*

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Isagógicamente, a cultura se constitui o coração pulsante da humanidade, um tecido complexo de informações que unem indivíduos, comunidades e gerações. É através dela que expressamos nossa identidade, moldamos nossos valores e desafiamos as fronteiras do pensamento.

No entanto, compreender a cultura em toda sua profundidade exige um olhar apurado, capaz de traduzir experiências artísticas e sociais em narrativas significativas.

O papel do jornalismo cultural, uma vertente que vai além do factual, nos auxilia na compreensão da cultura para abraçar a análise, a crítica e a interpretação.

Outrossim, Gaveta de Jornalismo Cultural V é mais do que uma compilação de textos. A publicação proporciona ao leitor a imersão em um universo dinâmico e multifacetado de relatos sobre acontecimentos culturais, mas também reflexões que instigam, emocionam e ampliam os horizontes do conhecimento e do mundo.

Cada texto é uma peça de um mosaico maior, no qual escritores e jornalistas se debruçam sobre manifestações artísticas, linguagens, tendências e movimentos, que dialogam com o presente e ecoam no futuro.

Esta obra dá continuidade a uma trajetória que celebra o compromisso com a qualidade da escrita e a relevância do pensamento crítico no campo cultural. Os textos reunidos neste volume, revelam o papel do jornalista cultural como um mediador entre criadores, obras e público.

Ao longo dos textos apresentados, eles não apenas informam, mas também interpretam, contextualizam e enriquecem a experiência de quem consome arte e cultura.

Por conseguinte, ao longo destas páginas, o leitor será conduzido por caminhos que exploram a diversidade da produção artística e suas reverberações no tecido social. Do cinema à literatura, da música às artes visuais, dos palcos às ruas, cada análise e crônica aqui presente se configuram em convite à reflexão.

É um chamado para enxergar a arte não apenas como entretenimento, mas como uma lente através da qual podemos compreender melhor o mundo e a nós mesmos. Ademais disso, este repositório de pensamentos não se

limita ao aqui e agora, mas se abre para o atemporal e o universal.

Neste quinto volume da série, o espírito que dá nome à obra – a ideia da “gaveta” – segue sendo o fio condutor. Destarte, à guisa de gaveta que guarda fragmentos de nossa memória, sonhos e desejos, este livro é um espaço onde narrativas se acumulam, dialogam e encontram novas formas de existência.

Destarte, vivemos em um momento em que o jornalismo enfrenta desafios intensos, tanto em sua prática quanto em sua legitimidade. Por isso, preservar e valorizar espaços de escrita que se dediquem à crítica cultural é mais importante do que nunca. O jornalismo cultural resiste como uma ferramenta de empoderamento, dando voz às subjetividades, destacando as nuances e iluminando os espaços onde a arte e a sociedade se encontram.

De outro vértice, cumpre explicar que faz sentido que um artigo analisando o Jornalismo Econômico esteja presente em um livro sobre Jornalismo Cultural, desde que a análise estabeleça uma relação entre os dois campos. A presença do artigo pode ser justificada pela interseção temática ou metodológica entre o Jornalismo Econômico e o Cultural, como, à guisa de exemplo, ao investigar como as narrativas econômicas influenciam a cultura, como as expressões culturais refletem questões econômicas, ou como ambos os campos utilizam linguagens e abordagens específicas para abordar temas sociais.

Essa relação dialógica enriquece o escopo do livro, ampliando sua perspectiva sobre as conexões e as influências mútuas entre as várias especializações do jornalismo.

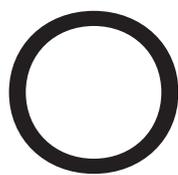
Esta coletânea reafirma a importância de olhar para a cultura com profundidade, respeitando sua complexidade e abraçando suas contradições. É uma celebração da palavra escrita e de seu poder de articular o indizível, dar forma ao intangível e provocar a transformação.

É também um tributo aos profissionais que, com paixão e coragem, dedicam-se a esse ofício, conscientes de que suas palavras têm a capacidade de ecoar muito além das páginas.

Que Gaveta de Jornalismo Cultural V se configure convite para abrir gavetas, explorar novos territórios e, acima de tudo, que o leitor permita-se ser tocado pelo que há de mais humano: a criatividade e a capacidade de se comunicar através da arte.

Em epítome, assim como uma obra de arte que pode inspirar diferentes interpretações, esperamos que cada leitor encontre nestas páginas algo que ressoe, provoque ou encante.

BIOGRAFIA DO AUTOR



Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos, advogado e jornalista (MT/SC 4155), com militância em Jornalismo Cultural e Crítica de Arte. Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento pela UFSC. O núcleo temático de estudo envolve as linhas de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade, Estudos Culturais e Interdisciplinaridade.

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA), Núcleos Docente Estruturante (NDE) e colegiado da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP), na cidade de Concórdia, em Santa Catarina. Integrou os Conselhos Estaduais de Educação e Cultura e Desportos em Santa Catarina. Atuou como assessor na Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

É avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos. Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (BASIs), Banco Nacional de Itens (BNI), Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC) e Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

É membro das organizações de pesquisa: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Deu a lume a 57 livros, 165 capítulos de livros e 417 artigos científicos.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	9
<i>JORNALISMO ECONÔMICO: vigor, ideologia e premência de abordagem crítica</i>	
CAPÍTULO 2	20
<i>PARADIGMA CONTRATUALISTA DO ESTADO</i>	
CAPÍTULO 3	22
<i>ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA</i>	
CAPÍTULO 4	24
<i>INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Conceito-chave</i>	
CAPÍTULO 5	27
<i>INTERDISCIPLINARIDADE - DIRETRIZ FUNDAMENTAL</i>	
CAPÍTULO 6	30
<i>A GESTÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE DEMANDA MAIS DEDICAÇÃO DA PESQUISA</i>	
CAPÍTULO 7	32
<i>EDUCAÇÃO COMPARADA – DESDE QUE BEM ESTUDADA</i>	
CAPÍTULO 8	34
<i>LUIS CARLOS BRESSER PEREIRA E O NEODESENVOLVIMENTISMO</i>	
CAPÍTULO 9	36
<i>OCEANOS – TESOURO DA HUMANIDADE</i>	
CAPÍTULO 10	38
<i>AUDITORIA - TECNOLOGIA NECESSÁRIA</i>	

CAPÍTULO 1

JORNALISMO ECONÔMICO: vigor, ideologia e
premência de abordagem crítica

*ECONOMIC JOURNALISM: vigor, ideology and
the need for a critical approach*

RESUMO

Este artigo aborda o papel do jornalismo econômico, enfatizando sua importância no cenário contemporâneo, a influência ideológica que pode sofrer e a necessidade de uma abordagem crítica para a promoção de uma cobertura informativa ética e plural. Inicialmente, é destacada a relevância do jornalismo econômico como mediador entre os eventos econômicos e a sociedade, sendo fundamental para a formação da opinião pública. O texto explora como esse segmento pode refletir interesses ideológicos e econômicos, comprometendo a imparcialidade das informações veiculadas. Trata-se de uma revisão bibliográfica que revela que a falta de pluralidade de vozes na cobertura econômica pode restringir o debate e reforçar narrativas dominantes, prejudicando a diversidade de perspectivas. Além disso, são discutidos os dilemas éticos enfrentados pelos jornalistas econômicos ao tratar de temas complexos e de alto impacto, como a pressão por manter a objetividade diante de interesses comerciais e editoriais. A importância da educação midiática é abordada como essencial para capacitar o público a questionar e interpretar criticamente as narrativas econômicas, garantindo que a sociedade seja mais participativa e informada. A conclusão reafirma a necessidade de uma abordagem crítica no jornalismo econômico, que valorize a pluralidade e a ética profissional, essencial para o fortalecimento da democracia e a formação de uma cidadania crítica e bem-informada. O estudo evidencia que um jornalismo econômico responsável não apenas transmite informações, mas também atua ativamente na construção do entendimento público sobre a realidade econômica e política.

Palavras-chave: Jornalismo econômico; Ideologia; Premência; Abordagem crítica.

ABSTRACT

This article discusses the role of economic journalism, emphasizing its importance in the contemporary scenario, the ideological influence it can suffer and the need for a critical approach to promote ethical and pluralistic news coverage. Initially, the relevance of economic journalism as a mediator between economic events and society is highlighted, as it is fundamental for shaping public opinion. The text explores how this segment can reflect ideological and economic interests, compromising the impartiality of the information provided. The literature review reveals that the lack of plurality of voices in economic coverage can restrict debate and reinforce dominant narratives, undermining the diversity of perspectives. It also discusses the ethical dilemmas faced by economic journalists when dealing with complex and high-impact issues, such as the pressure to maintain objectivity in the face of commercial and editorial interests. The importance of media education is addressed as essential to enable the public to question and critically interpret economic narratives, ensuring that society is more participatory and informed. The conclusion reaffirms the need for a critical approach in economic journalism, which values plurality and professional ethics, essential for strengthening democracy and forming a critical and well-informed citizenry. The study shows that responsible economic journalism not only transmits information, but also plays an active role in building public understanding of the economic and political reality.

Keywords: Economic journalism; Ideology; Premise; Critical approach.



INTRODUÇÃO

O jornalismo econômico tem sido debatido demasiadamente em pesquisas acadêmicas contemporâneas, levando em consideração a sua atuação como mediador entre o público, as instituições econômicas e os mercados. Os jornalistas utilizam o idioma técnico do mercado financeiro buscando traduzir para os leitores.

Os conceitos complexos, como taxas de juros, inflação, políticas fiscais e oscilações do mercado financeiro, são aspectos estudados no jornalismo econômico, transformando-os em informações acessíveis de entendimento para o público em geral (Pereira, 2021). No entanto, essa função essencial também coloca o jornalismo econômico em uma posição de influência, ao moldar percepções e decisões que impactam diretamente a economia e a vida social.

A relevância do tema reside na crescente necessidade de compreender os fatores que norteiam o jornalismo econômico e sua capacidade em lidar com os desafios contemporâneos da economia (Reis; Baldessar, 2022). Embora tenha vigor ao abordar temas fundamentais e de interesse público, o jornalismo econômico também está sujeito a alinhamentos ideológicos e interesses da economia, que podem enviesar a narrativa apresentada.

No contexto brasileiro, onde questões econômicas frequentemente definem debates políticos e sociais, o jornalismo econômico se destaca como uma força crucial na formação da opinião pública (Franco; Malta, 2024). Dessa forma, questionar sua imparcialidade e promover uma abordagem crítica, assim tornam-se premissas fundamentais para compreender seu impacto na sociedade.

O problema de pesquisa decorre da seguinte questão: De que maneira o jornalismo econômico consegue equilibrar sua função informativa, sua força ideológica e a necessidade de abordar criticamente temas que muitas vezes são politicamente sensíveis ou economicamente estratégicos? Esta questão ganha ainda mais relevância diante da polarização política e da influência de grandes conglomerados de mídia no debate econômico.

Para responder a essa problemática, o presente artigo adotou uma pesquisa qualitativa, tipo revisão bibliográfica, para analisar a literatura acadêmica dos estudos existentes sobre a temática. O método adotado permite identificar as principais contribuições teóricas e empíricas sobre o jornalismo econômico, bem como as lacunas e os desafios encontrados.

O objetivo do artigo foi compreender o papel do jornalismo econômico, com foco em três aspectos principais: seu vigor como veículo informativo e educativo, os impactos dos alinhamentos ideológicos em suas narrativas e a premência de uma abordagem crítica que contribua para um debate mais plural e equilibrado.

Dessa forma, busca-se não apenas sistematizar o conhecimento já produzido, mas também lançar luz sobre a importância de uma prática jornalística ética, independente e comprometida com a sociedade.

JORNALISMO ECONÔMICO: ORIGEM E FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

O jornalismo econômico é uma especialização do jornalismo que se dedica à cobertura e análise de temas relacionados à economia, abrangendo questões como políticas públicas, mercados financeiros, empresas, comércio internacional, inflação e o impacto desses fenômenos no cotidiano da sociedade (Arbex, 2009). A principal função do jornalis-

mo econômico é traduzir conceitos complexos da economia em uma linguagem acessível para o público leigo, permitindo a compreensão de processos que afetam diretamente a vida social, política e econômica (Melo, 2011). A área apresenta desafios próprios, sendo moldada por fundamentos teóricos e históricos específicos que refletem a evolução da economia e seus impactos na sociedade.

Historicamente, o jornalismo econômico começou a se consolidar no século XVIII, com o crescimento das publicações especializadas em economia e comércio, em meio à expansão do capitalismo industrial e mercantil, além da divulgação de informações especializadas para comerciantes e investidores. No contexto global, publicações como *Lloyd's List*, fundado por Edward Lloyd, em 1734, a criação do periódico *The Economist*, fundado em 1843, pelo empresário e banqueiro britânico James Wilson e o *The Economist*, criado pelo empresário escocês James Wilson, em 1843, são marcos importantes e se tornaram referências em cobertura econômica (Melo, 2011). Os veículos de informação surgiram para atender às demandas de informações comerciais e marítimas, fundamentais para o comércio internacional da época.

Na França, o jornalismo econômico começou a ganhar destaque com a Revolução Industrial e as transformações políticas do século XIX. As matérias publicadas no *Journal des Économistes*, fundado em 1841, por Gilbert Guillaumin, foram essenciais para disseminar as ideias do liberalismo econômico e influenciar as políticas públicas (Chagas, 2009).

A Alemanha, por sua vez, destacou-se no final do século XIX, com o fortalecimento do setor bancário e industrial, impulsionando o surgimento de jornais e revistas especializados em economia. Em 1946, é criado o periódico de negócios *Handelsblatt*, ainda hoje uma referência no jornalismo econômico europeu (Chagas, 2009; Melo, 2011).

Dessa forma, as publicações de jornais especialistas na área da economia consolidaram o jornalismo econômico como uma ferramenta de análise e debate político e econômico, contribuindo para o fortalecimento do liberalismo econômico (Melo, 2011).

Na América Latina, de acordo com Meditsch (2001), o jornalismo econômico possui um desenvolvimento mais recente, refletindo a trajetória de economias dependentes e marcadas por instabilidades políticas. Nos países da região, o jornalismo econômico começou a se estruturar durante o século XX, acompanhando os processos de industrialização e urbanização. Na Argentina, por exemplo, o surgimento de jornais como *El Cronista Comercial*, fundado em 1908, por Martín Giménez Antonio, marca o início da especialização jornalística em temas econômicos, em um contexto de expansão da economia agroexportadora (Meditsch, 2001)

O jornalismo econômico ganhou força a partir do século XX, inclusive no Brasil, acompanhando as transformações econômicas e políticas. Os veículos de comunicação como *O Estado de São Paulo*, criado em 1875, por Américo Brasiliense de Almeida Melo e Manuel Ferraz de Campos Sales e a *Gazeta Mercantil*, fundado em 1920, por José Francesconi, foram pioneiros na criação de seções especializadas. O empresário Roberto Civita e em economia (Chagas, 2009). Em 1967, foi criada a *Revista Exame*, pelo empresário Roberto Civita. Em 2000, uma parceria entre o grupo Folha e o grupo Globo cria o jornal de economia *Valor Econômico*. O movimento da globalização, a abertura e cobertura econômica expande o jornalismo econômico significativamente, levando informações em economia.

No que diz respeito às correntes teóricas, diferentes abordagens moldam a prática do jornalismo econômico. A *Teoria da Agenda-Setting*, de Mc Combs e Shaw, destaca o papel do jornalismo na definição das questões econômicas que o público considera prioritárias, mostrando as pautas econômicas que podem ser influenciadas por governos e os mercados financeiros (Melo, 2011).

A Teoria do *Gatekeeping*, de White, destaca sua influência nos editores e jornalistas na seleção das notícias a serem veiculadas, refletindo possíveis interesses ideológicos ou comerciais. Já a Economia Política da Comunicação, conforme Vincent Mosco, analisa como as relações de poder econômico e político afetam a produção jornalística, especialmente em áreas estratégicas da economia (Mosco, 1996).

Para Pereira (2015), o jornalismo econômico se distingue de outros editoriais pela complexidade de seus temas e a necessidade de precisão técnica, uma vez que suas informações influenciam diretamente decisões de investimento, consumo e política. Uma de suas principais características é a mediação entre a linguagem técnica e a acessibilidade permitindo que o público compreenda temas que impactam seu cotidiano. No entanto, esse campo do jornalismo enfrenta desafios éticos significativos, especialmente no que se refere à influência de interesses comerciais e políticos sobre a cobertura econômica.

O impacto do jornalismo econômico transcende a simples transmissão de informações. Ele atua como mediador entre mercados, governos e a sociedade, desempenhando um papel central na formação de percepções e na tomada de decisões econômicas e políticas. Arbex (2009) aponta que o enquadramento das notícias pelo jornalismo econômico pode moldar opiniões e decisões, ressaltando a necessidade de uma abordagem crítica que privilegie a pluralidade e a imparcialidade. Nesse sentido, o jornalismo econômico tem o potencial de contribuir para o fortalecimento da democracia, promovendo uma sociedade mais informada e consciente de suas escolhas.

No que tange a epistemologia no jornalismo econômico, ela aborda as bases teóricas e os fundamentos do conhecimento aplicados à prática dessa especialização. Trata-se de refletir sobre como o jornalismo econômico organiza, valida e transmite informações que, por sua complexidade e impacto, requerem abordagens específicas (Mosco, 1996).

Na abordagem epistemológica, Jorge Meditsch foi um dos pioneiros, ele argumenta que o jornalismo econômico pode ser visto como uma forma de conhecimento que interpreta a realidade para um público não especializado (Meditsch, 2001). Para o jornalismo econômico, a partir da concepção dele, isso significa simplificar termos técnicos e traduzir conceitos financeiros sem perder o rigor informativo. No entanto, essa mediação apresenta desafios: a objetividade pode ser comprometida por interesses políticos ou econômicos, e os enquadramentos das notícias podem privilegiar determinadas narrativas.

Quando Bourdieu (1997), reflete sobre o campo jornalístico, destaca o jornalismo econômico, que opera sob tensões entre autonomia e heteronomia. No caso do jornalismo econômico, isso é evidente na influência de grandes conglomerados financeiros e na pressão de fontes oficiais, como bancos centrais e governos, que moldam o discurso jornalístico (Bourdieu, 1997). As dinâmicas revelam o caráter construído e ideológico das notícias econômicas, o que reforça a necessidade de análises críticas e pluralidade de vozes.

Por outro lado, Mosco (1996), em sua obra *The Political Economy of Communication*, o autor enfatiza a relação entre o poder econômico e a mídia, destacando como a concentração midiática influencia o jornalismo econômico. Mosco ainda alerta sobre o risco que a cobertura econômica se torne uma extensão dos interesses das elites financeiras, privando o público de uma visão crítica e diversificada da economia.

Nesse contexto, o jornalismo econômico não apenas relata fatos, mas também desempenha um papel ativo na construção de realidades econômicas. Donsbach e Traugott (2008), analisam a epistemologia jornalística com foco na qualidade e credibilidade das informações transmitidas. No jornalismo econômico, isso é especialmente relevante, pois a falta de precisão ou a manipulação de dados pode gerar desinformação e instabilidade. Para os autores, o rigor metodológico e a transparência na cobertura jornalística são prin-

cípios fundamentais para garantir a confiança do público.

Já na visão de Wolf (2008), que ao discutir os processos de produção das notícias, destaca o papel do *gatekeeping* na seleção e hierarquização de informações. No jornalismo econômico, o *gatekeeping* é amplificado pela complexidade dos temas e pela dependência de fontes especializadas. Isso levanta questões epistemológicas sobre quem controla a narrativa econômica e quais interesses estão sendo representados. O autor ainda discute que a epistemologia do jornalismo econômico também é desafiada pela relação entre conhecimento técnico e acessibilidade. Como aponta Pereira (2015), o jornalismo econômico precisa lidar com a tensão entre a simplificação necessária para alcançar um público amplo e a profundidade técnica exigida por especialistas. A tensão epistemológica reforça a necessidade de práticas jornalísticas que promovam a clareza sem sacrificar a precisão.

JORNALISMO ECONÔMICO E IDEOLOGIA

O jornalismo econômico, por sua natureza informativa e interpretativa, está frequentemente exposto a interferências ideológicas, que podem influenciar a maneira como os eventos econômicos são apresentados e interpretados ao público (Silva, 2020). A interferência ocorre tanto pela estrutura organizacional dos veículos de comunicação quanto pela relação com agentes econômicos e políticos. Assim, o jornalismo econômico, enquanto mediador entre informações complexas e o público, pode refletir, consciente ou inconscientemente, interesses específicos.

A cobertura econômica é permeada por narrativas que muitas vezes priorizam interesses das elites econômicas em detrimento de uma visão plural e crítica. Para Sousa e Oliveira (2019), os grandes conglomerados de mídia desempenham um papel significativo na construção de agendas que favorecem determinados setores econômicos, alinhando-se frequentemente a visões neoliberais e corporativistas. Essa orientação pode ser observada na priorização de temas como o mercado financeiro e reformas estruturais, em detrimento de pautas que abordem desigualdade social ou impactos de políticas econômicas em populações vulneráveis.

Os estudos de Bourdieu (1997), também destacam que o jornalismo tende a reproduzir estruturas de poder hegemônicas, pois os profissionais da área estão imersos em um campo que responde a lógicas de mercado e disputas simbólicas. No caso do jornalismo econômico, isso pode significar a prevalência de discursos que naturalizam a lógica de mercado como inevitável e benéfica.

No Brasil, a cobertura das reformas trabalhistas e previdenciárias exemplifica como o jornalismo econômico pode estar alinhado a interesses ideológicos específicos. Segundo Figueiredo e Siqueira (2020), durante a tramitação dessas reformas, os principais veículos de comunicação enfatizaram os supostos benefícios econômicos para o país, enquanto marginalizaram as vozes contrárias que alertaram sobre os possíveis impactos sociais negativos.

A crise econômica que afetou o Brasil, entre 2015 e 2016, a cobertura midiática destacou, em grande parte, a responsabilidade do governo federal por desequilíbrios econômicos, minimizando o papel de fatores externos, como a queda dos preços das *commodities* (Amaral 2018). Ainda de acordo com o autor, a narrativa reflete um alinhamento político que favoreceu determinados grupos em detrimento de uma análise mais equilibrada e crítica.

A imparcialidade, apontada como um princípio ético do jornalismo, é limitada no

campo do jornalismo econômico devido à complexidade dos temas e à natureza interpretativa das notícias econômicas. Para Schudson (2003), o jornalismo nunca é completamente neutro, pois as escolhas editoriais — desde a seleção de fontes até a construção de manchetes — já carregam valores e pressupostos.

No caso do jornalismo econômico, essas escolhas são ainda mais evidentes, dado o predomínio de especialistas e fontes provenientes de setores econômicos dominantes, como os bancos e as consultorias financeiras. Tal prática restringe a diversidade de perspectivas e reforça uma visão única da economia como uma esfera técnica, despolitizada e distante da vida cotidiana (Silva, 2020).

Para McChesney (2004), a forma como as notícias econômicas são apresentadas influencia diretamente a percepção pública sobre os temas, tais como: mercado, políticas fiscais e reformas econômicas, contribuindo para a reprodução de determinadas visões de mundo. Conforme Fairclough (2001), as práticas discursivas no jornalismo, para além de refletir sobre a realidade, também a constroem.

No jornalismo econômico, as ideologias neoliberais têm tido grande influência, especialmente na valorização de princípios como austeridade fiscal, desregulamentação e privatizações. As ideias são frequentemente apresentadas como soluções inevitáveis e objetivas para problemas econômicos, mascarando seu caráter ideológico.

De acordo com McChesney (2004), a lógica de mercado que permeia a mídia comercial reforça narrativas que priorizam os interesses do capital financeiro e das elites econômicas, em detrimento de uma abordagem plural e democrática. No Brasil, autores como Bolaño e Brittos (2007) apontam que os conglomerados midiáticos frequentemente reproduzem ideologias dominantes, silenciando vozes que questionam as políticas econômicas convencionais.

Um espectro marcante dessa influência ideológica é a maneira como as crises econômicas são reportadas. Harvey (2008) argumenta que o neoliberalismo opera de forma hegemônica ao apresentar as crises como oportunidades para implementar reformas estruturais alinhadas aos interesses das elites econômicas. Nessa perspectiva fica evidente que a cobertura midiática da crise de 2008, onde as soluções apresentadas enfatizavam o resgate de instituições financeiras e cortes em políticas públicas, enquanto minimizavam as críticas ao sistema financeiro.

No caso brasileiro, Marques e Karam (2021), analisaram como a narrativa neoliberal moldou a cobertura da mídia sobre a reforma trabalhista de 2017. Os principais jornais do país priorizaram argumentos favoráveis à flexibilização das leis trabalhistas, destacando benefícios para a economia e o mercado de trabalho, mas marginalizaram as consequências negativas para os trabalhadores (Marques e Karam, 2021). Assim, essa construção discursiva reflete um alinhamento ideológico que privilegia a visão de empresários e economistas ligados ao mercado financeiro.

Para Herman e Chomsky (2002), o “modelo de propaganda” na mídia comercial explica como os interesses econômicos estruturam a cobertura jornalística, excluindo abordagens críticas ou alternativas. No jornalismo econômico, isso significa que economistas heterodoxos, sindicatos e movimentos sociais têm menor visibilidade, o que limita a diversidade do debate público. Barberena (2020) reforça que a exclusão acontece por meio de estratégias discursivas que desqualificam perspectivas críticas como “ideológicas”, enquanto posicionam as visões alinhadas ao mercado como técnicas e racionais. Esse processo constrói um ambiente onde a ideologia dominante é apresentada como neutra, enquanto as narrativas alternativas são marginalizadas.

A prevalência de narrativas ideológicas alinhadas ao neoliberalismo no jornalismo econômico tem implicações diretas na formação da opinião pública. Como aponta Thompson (1995), o discurso midiático é um elemento intrínseco na consolidação de hegemonias culturais e políticas. Ao normalizar certas práticas econômicas e deslegitimar outras, o jornalismo econômico molda o senso comum, influenciando decisões políticas e a percepção coletiva sobre o funcionamento da economia.

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de um jornalismo econômico mais crítico e plural, que incorpore vozes de diferentes atores sociais e questione os pressupostos ideológicos subjacentes às narrativas predominantes. Figueiredo e Siqueira (2020) compreendem que o contexto crítico traz mudanças na prática jornalística, bem como uma maior conscientização por parte do público sobre as limitações e os interesses que permeiam a cobertura econômica.

A PREMÊNCIA DE UMA ABORDAGEM CRÍTICA: REFLEXÕES A PARTIR DA LITERATURA

O jornalismo econômico tem uma relevante influência em eventos econômicos e na sociedade, alterando percepções e decisões que afetam diretamente a vida cotidiana (Jacinta, 2016). Diante da complexidade e do impacto das informações veiculadas, é imperativo adotar uma abordagem crítica que contemple a pluralidade de vozes que enfrente os desafios éticos e promova a educação midiática.

A diversidade de fontes e perspectivas no jornalismo econômico é essencial para proporcionar uma compreensão abrangente dos fenômenos econômicos. A ausência de pluralidade pode levar à manutenção do *status quo* e à marginalização de visões alternativas. Schoenherr (2008) discute a pluralidade como elemento basilar da atividade jornalística, enfatizando a necessidade de renovar as fontes de informação para evitar a homogeneização das narrativas.

Ademais disso, Buckingham (2019) argumenta que a educação midiática deve capacitar os indivíduos a compreenderem a complexidade das mídias modernas, reconhecendo a diversidade de vozes e perspectivas presentes no ambiente informacional contemporâneo. Os jornalistas econômicos enfrentam dilemas éticos ao reportar temas complexos e de grande impacto.

A necessidade de precisão e imparcialidade deve ser equilibrada com as pressões comerciais e editoriais. Martins (2015) destaca que o jornalismo econômico muitas vezes se depara com a influência de correntes ideológicas, como o neoliberalismo, que podem afetar a objetividade da cobertura jornalística. Nesse contexto, é fundamental que os jornalistas mantenham um compromisso com a ética profissional buscando sempre a verdade e a imparcialidade na divulgação das informações.

A capacidade do público de questionar e interpretar criticamente as narrativas econômicas é fundamental para uma sociedade bem-informada. A educação midiática capacita os cidadãos a compreenderem como a mídia molda as percepções e a desenvolverem habilidades para avaliar a credibilidade das informações. O Guia da Educação Midiática enfatiza que, em um mundo onde informação e desinformação são abundantes, ser educado midiaticamente é um pré-requisito para a cidadania e a participação na sociedade (Educamídia, 2021).

A educação midiática não deve apenas lidar com as tecnologias, Buckingham (2019) ressalta que necessita envolver as culturas midiáticas, preparando os indivíduos para se-

rem participantes críticos e ativos na sociedade.

Não obstante, Martins (2015) argumenta que a adoção de uma abordagem crítica no jornalismo econômico valoriza a pluralidade de vozes, enfrenta desafios éticos com responsabilidade e promove a educação midiática. Dessa forma, ocorre o fortalecimento da democracia e empodera os cidadãos na compreensão dos complexos fenômenos econômicos que influenciam suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo revisou as principais discussões sobre o jornalismo econômico, destacando sua relevância, os desafios éticos e ideológicos e, a importância de uma abordagem crítica na cobertura de temas econômicos.

O jornalismo econômico, ao mediar a comunicação entre os eventos econômicos e o público, exerce a função essencial na formação da opinião pública. No entanto, sua capacidade de informar com precisão e imparcialidade é frequentemente confrontada com pressões ideológicas e comerciais, que podem distorcer a narrativa e influenciar decisões políticas e econômicas.

A pluralidade de vozes no jornalismo econômico é fundamental, garantindo uma visão ampla e diversificada dos fenômenos econômicos. A falta de diversidade nas fontes e abordagens pode resultar em uma cobertura unidimensional, favorecendo certos interesses em detrimento de outros, comprometendo a qualidade das informações e a autonomia crítica do público.

O papel do jornalismo econômico na formação da opinião pública vai além da mera transmissão de dados e informações, estando envolvido na construção de narrativas que moldam a percepção do público sobre a realidade econômica, influenciando decisões individuais e coletivas. Os dilemas éticos enfrentados por jornalistas econômicos ao abordarem temas complexos e de alto impacto, ressalta a importância da ética profissional na busca por imparcialidade e transparência.

Nesse sentido, o jornalismo econômico não deve ser visto somente como um reflexo dos acontecimentos, mas como um espaço ativo de construção de significados que afetam as políticas públicas e o bem-estar social. É imprescindível que os profissionais da área adotem uma postura de responsabilidade, transparência e comprometimento com a verdade, buscando sempre oferecer uma cobertura que não apenas informe, mas que também provoque reflexão.

Assim, a promoção de uma educação midiática capacita os cidadãos a questionar e interpretar as informações veiculadas, um passo vital para que a sociedade se engaje no debate econômico e político do país. O fortalecimento dessa abordagem crítica do jornalismo econômico tende a contribuir para a qualidade da informação, bem como para o fortalecimento de uma democracia mais robusta, no qual o direito à informação e à diversidade de pontos de vista seja plenamente respeitado.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. M. A crise econômica no Brasil: narrativas e interesses na cobertura midiática (2015-2016). **Revista Brasileira de Estudos da Comunicação**, v. 12, n. 2, p. 35-47, 2018.
- ARBEX, J. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2009.
- BARBERENA, F. T. Jornalismo econômico e as disputas ideológicas: quem fala e quem silencia? **Estudos Midiáticos**, v. 15, n. 3, p. 75-89, 2020.
- BOLAÑO, C.; BRITTOS, V. C. **Economia política da comunicação: uma perspectiva crítica**. São Paulo: Paulus, 2007.
- BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- BUCKINGHAM, D. **The media education manifesto**. 1. ed. Cambridge: Polit Press, 2019.
- CHAGAS, V. **Jornalismo econômico: interfaces entre teoria e prática**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.
- DONSBACH, W.; TRAUOGOTT, M. W. (edit.) **The SAGE handbook of public opinion research**. Londres: Sage Publications, 2008.
- EDUCAMÍDIA. **Guia da educação midiática**. Brasília: MEC, 2021.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- FIGUEIREDO, R. M.; SIQUEIRA, A. C. Jornalismo econômico e as reformas no Brasil: alinhamentos e disputas ideológicas na mídia hegemônica. **Comunicação e Sociedade**, v. 42, n. 1, p. 67-85, 2020.
- FRANCO, C. G.; MALTA, C. Como Roberto Müller revolucionou o jornalismo econômico no Brasil. São Paulo, **valor.globo**, 2024. Disponível em: <https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2024/06/26/como-roberto-muller-revolucionou-o-jornalismo-economico-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- HERMAN, E.; CHOMSKY, N. **Manufacturing consent: the political economy of the mass media**. New York: Pantheon Books, 2002.
- JACINTA, V. S. S. **Desafios do jornalismo econômico em televisão: o caso da SIC**. 2016. Relatório (Estágio em Comunicação e Jornalismo) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/31733/1/DESAFIOS%20DO%20JORNALISMO%20ECON%3%93MI-CO%20SIC_%20vania%20jacinto.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.
- MARQUES, F. A.; KARAM, F. C. Jornalismo econômico e reforma trabalhista: um estudo sobre narrativas dominantes. **Comunicação & Sociedade**, v. 43, n. 2, p. 112-130, 2021.
- MARTINS, L. O. **Concentração dos media e pluralismo: a imprensa portuguesa no contexto da união europeia**. Covilhã: Universidade da Beira Interior 2015. Ebook. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/365996388_CONCENTRACAO_DOS_MEDIA_E_PLURALISMO_A_IMPrensa_PORTUGUESA_NO_CONTEXTO_DA_UNIAO_EUROPEIA
- MC CCHESNEY, R. **The problem of the media: U.S. communication politics in the 21st century**. New York: Monthly Review Press, 2004.
- MEDITSCH, E. Jornalismo como forma de conhecimento: o desafio epistemológico da comunicação. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 24, n. 1, p. 7-27, 2001.
- MELO, J. M. **História do jornalismo econômico no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2011.
- MOSCO, V. **The political economy of communication**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1996.
- PEREIRA, J. A mediação técnica no jornalismo econômico. **Revista de Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 2, p. 45-67, 2015.
- PEREIRA, M. A. L. Jornalismo especializado em economia: news to use e os “novos” formatos jornalísticos em tempos de crise econômica e financeira em Portugal. **Media & Jornalismo**, v. 21, n. 38, p. 143-160, 2021.
- REIS, K. L. N.; BALDESSAR, M. J. Jornalismo nas mídias sociais: ainda em busca de um modelo econômico. **Comunicação & Informação**, v. 25, p. 374-390, 2022.
- SCHOENHERR, R. **Pluralidade jornalística como efeito (pretendido) e ação (política)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SCHUDSON, M. **The sociology of news**. New York: Norton, 2003.

SILVA, J. P. Jornalismo econômico e democracia: entre a lógica de mercado e o interesse público. **Estudos de Comunicação**, v. 14, n. 3, p. 123-140, 2020.

SOUSA, J. R.; OLIVEIRA, F. A. O jornalismo econômico e a formação da agenda pública: ideologia e interesses em pauta. **Revista Brasileira de Economia Política**, v. 35, n. 2, p. 45-60, 2019.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2008.



CAPÍTULO 2

PARADIGMA CONTRATUALISTA DO ESTADO

Primeiramente, o paradigma contratualista do Estado remonta aos debates filosóficos e políticos que emergiram nos séculos XVII e XVIII, com pensadores como Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau. Essa corrente de pensamento busca explicar a origem do Estado e sua legitimidade a partir de um contrato social firmado entre indivíduos. Tal perspectiva representa uma ruptura com modelos teocráticos e tradicionais de organização política, propondo que a autoridade estatal é derivada do consentimento racional dos cidadãos.

Outrossim, Thomas Hobbes, em sua obra “Leviatã”, defende que em um estado de natureza, caracterizado pela ausência de uma autoridade central, os indivíduos vivem em uma constante condição de guerra de todos contra todos. Para Hobbes, o contrato social emerge como uma solução a essa situação de caos, onde os indivíduos renunciam a sua liberdade natural em favor de um soberano absoluto, que garanta a paz e a segurança.

Por outro lado, John Locke apresenta uma visão mais otimista da condição humana. Em “Segundo Tratado sobre o Governo”, Locke argumenta que o estado de natureza não é necessariamente caótico, mas que nele os indivíduos carecem de um sistema imparcial para resolver conflitos e proteger seus direitos à vida, à liberdade e à propriedade.

O contrato social, nessa perspectiva, é estabelecido para constituir um governo limitado, cujo principal objetivo é proteger os direitos naturais, sendo a soberania compartilhada entre governantes e governados.

Jean-Jacques Rousseau, por sua vez, apresenta uma interpretação distinta e mais radical em “O Contrato Social”. Para Rousseau, o contrato social não apenas estabelece um governo, mas também cria uma comunidade política onde a soberania é exercida pela vontade geral. A vontade geral reflete o interesse coletivo, transcende os interesses individuais e deve ser a base de toda legislação. Rousseau enfatiza a participação ativa dos cidadãos na formulação das leis, destacando a importância da igualdade e da liberdade no contexto social.

Destarte, essas três vertentes do contratualismo oferecem fundamentos teóricos para compreender diferentes formas de organização estatal e sua relação com os indivíduos.

O pensamento de Hobbes justifica regimes autoritários, enquanto Locke fundamenta democracias liberais e Rousseau inspira sistemas mais participativos e coletivistas. Apesar de suas diferenças, todos compartilham a ideia de que o Estado é uma construção humana destinada a superar as limitações do estado de natureza e promover a convivência ordenada.

De outro vértice, na contemporaneidade, o paradigma contratualista continua sendo uma ferramenta analítica relevante para avaliar questões de legitimidade, justiça social e direito individuais.

Em epítome, os contributos desses pensadores são frequentemente revisitados em debates sobre o papel do Estado, a participação cidadã e as tensões entre liberdade e igualdade.

Por final, o contratualismo permanece como uma base intelectual que informa tanto a cientificidade quanto a práxis política, destacando-se como um dos pilares do pensamento moderno sobre a organização social.

CAPÍTULO 3

ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Primeiramente, a Administração Universitária desempenha um papel essencial na organização e no funcionamento das instituições de ensino superior. Planejar, implementar e avaliar as políticas e ações que visam ao desenvolvimento acadêmico, administrativo e financeiro das universidades são funções da administração das universidades. A complexidade desse processo exige uma combinação de competências em gestão, liderança e conhecimento sobre as especificidades do setor educacional.

Uma das funções primordiais da administração universitária é a elaboração de um planejamento estratégico eficaz aliado aos objetivos institucionais, às demandas sociais e às exigências do mercado de trabalho. Esse planejamento inclui a definição de metas claras, a alocação de recursos, a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação de desempenho. Ademais, é imprescindível garantir a transparência e a participação de toda a comunidade acadêmica nesse processo, promovendo uma governança democrática e inclusiva.

A par disso, a gestão financeira é outro aspecto crítico da administração das universidades, na manutenção do equilíbrio orçamentário enquanto se busca ampliar o acesso à educação de qualidade, considerado um dos maiores desafios enfrentados por gestores das universidades. Nesse sentido, a captação de recursos públicos ou privados com aplicação eficiente são fundamentais para garantir a sustentabilidade financeira das instituições. Além disso, a implantação de práticas de responsabilidade fiscal e o acompanhamento rigoroso dos gastos contribuem para a credibilidade e a confiança na gestão universitária.

De outro vértice, no âmbito acadêmico, a administração universitária deve fomentar a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão, promovendo a formação integral dos estudantes e o avanço do conhecimento científico. Para isso, é necessário investir em infraestrutura, capacitação de docentes e colaboradores administrativos, ademais de estimular a inovação e a internacionalização. A implementação de políticas que assegurem a inclusão e a diversidade são essenciais para criar e manter um ambiente acadêmico equitativo e enriquecedor.

Outro ponto relevante é garantir a articulação da universidade com a sociedade. A administração universitária pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde está inserida com implantação de projetos de extensão e parcerias com os setores públicos e privados. Essa interação também permite que a universidade compreenda melhor as demandas externas adaptando seus programas e serviços para atender às necessidades da sociedade.

Por fim, a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), se apresentam como um diferencial na modernização da administração universitária. Sistemas integrados de gestão acadêmica e administrativo, plataformas de ensino a distância e ferramentas de análise de dados são exemplos de soluções que potencializam a eficiência operacional e a tomada de decisões baseadas em evidências.

Em síntese, a Administração Universitária é um campo dinâmico e desafiador que requer competência, criatividade e visão estratégica. Ao integrar eficientemente as dimensões acadêmica, administrativa e social, a administração das universidades se torna um elemento-chave para o sucesso e a relevância das instituições de ensino superior no contexto contemporâneo.

CAPÍTULO 4

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: Conceito-chave

Em primeiro plano, a inovação tecnológica se configura em um dos pilares fundamentais para o progresso das sociedades contemporâneas. A tecnologia se configura como a transformação de ideias e descobertas em soluções práticas que atendem às demandas do mercado, melhoram processos produtivos, proporcionam novos produtos e serviços.

A inovação tecnológica não se limita à invenção de dispositivos, inclui a criação de novas formas de utilização do conhecimento técnico e científico para promover a evolução de sistemas econômicos, sociais e culturais. O conceito abarca não apenas o desenvolvimento de novas tecnologias, mas também a adaptação e a aplicação de inovações tecnológicas existentes de forma a criar valores em diferentes contextos.

Outrossim, em um mundo cada vez mais globalizado e competitivo, a inovação tecnológica se tornou um fator decisivo para o crescimento e a sustentabilidade das empresas e das nações. As organizações que conseguem implementar novas tecnologias e otimizar processos produtivos ganham uma vantagem competitiva significativa. A transformação digital, por exemplo, revoluciona indústrias como a automação, a saúde, o setor financeiro e o comércio, proporcionando a criação de soluções eficientes e acessíveis. Além disso, a inovação tecnológica impulsiona a criação de novos mercados e a evolução de setores industriais inteiros.

Destarte, a inovação tecnológica pode ser dividida em diferentes tipos, com destaque para a inovação de produto, de processo, de *marketing* e organizacional. A inovação de produto refere-se à introdução de novos produtos ou à melhoria significativa de produtos existentes. Já a inovação de processo está relacionada a melhorias nos métodos de produção e distribuição, tornando-os mais eficientes e rentáveis. A inovação de *marketing* envolve o desenvolvimento de novas formas de comunicação e comercialização de produtos, enquanto a inovação organizacional diz respeito a mudanças nas estruturas, práticas e modelos de gestão das empresas.

Outro aspecto relevante reside na inovação incremental, que diz respeito a pequenas melhorias contínuas feitas em tecnologias já existentes, e a inovação radical, que representa uma ruptura significativa com o *status quo*, levando à criação de novas categorias de produtos ou serviços.

Ademais de seu impacto no mundo dos negócios, a inovação tecnológica exerce um papel transformador na sociedade. A digitalização de serviços em áreas essenciais, como saúde, educação e transporte, promove a inclusão social ao possibilitar o acesso a serviços de qualidade a um maior número de pessoas. A utilização de tecnologias como a inteligência artificial, a *internet* das coisas (IoT) e a computação em nuvem facilita a personalização de serviços, ampliando as oportunidades de consumo e interação.

Por conseguinte, a inovação tecnológica também oferece soluções para desafios globais, como mudanças climáticas, escassez de recursos e questões relacionadas à saúde pública. As tecnologias verdes e renováveis como a energia solar e eólica, são exemplos de como a inovação contribui para a sustentabilidade ambiental e a preservação de recursos naturais.

Conquanto os benefícios, a inovação tecnológica apresenta desafios como o custo elevado da pesquisa e desenvolvimento, que muitas vezes limita o acesso de pequenas empresas e países ao desenvolvimento das tecnologias. Além disso, a rápida evolução tecnológica pode gerar desigualdades sociais, uma vez que aqueles que não têm acesso às novas tecnologias podem ficar à margem da sociedade digital. Outro desafio importante

é a adaptação da força de trabalho a novas exigências, como a automação de processos e a introdução de inteligência artificial, que demandam novas habilidades e competências.

Por outro lado, a inovação tecnológica também cria oportunidades. As “startups” se destacam como catalisadoras de inovação, especialmente em setores como tecnologia, saúde e educação. Além disso, a colaboração entre empresas, universidades e governos se mostram essencial para acelerar o desenvolvimento de soluções inovadoras que atendam às necessidades da sociedade. As chamadas “smart cities” ou cidades inteligentes, são exemplos de como a inovação tecnológica pode melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, por meio da integração de sistemas de transporte, saúde e educação, além de otimizar a gestão urbana.

Em építome, a inovação tecnológica é, sem dúvida, um conceito-chave para a evolução das sociedades modernas. Ela está diretamente ligada à capacidade de adaptação e crescimento das empresas e dos países, proporcionando soluções para uma infinidade de problemas econômicos, políticos, sociais e ambientais.

Por final, posto que se verifiquem reptos a superar, mormente no que diz respeito ao acesso e à adaptação às novas tecnologias, as oportunidades geradas pela inovação são vastas e podem transformar positivamente o mundo em que vivemos. Investir em pesquisa, desenvolvimento e educação tecnológica é, portanto, essencial para garantir porvindoouro mais próspero e sustentável para todos.



CAPÍTULO 5

INTERDISCIPLINARIDADE - DIRETRIZ
FUNDAMENTAL

pedagógicamente, a interdisciplinaridade, enquanto diretriz fundamental, tem sido cada vez mais reconhecida como um princípio norteador no contexto educacional, científico e social. A interdisciplinaridade se configura como um método que busca integrar saberes provenientes de diferentes áreas do conhecimento para resolver problemas complexos, promovendo uma compreensão mais ampla e aprofundada da realidade. Essa abordagem busca superar a fragmentação do saber, incentivando a troca de informações e a colaboração entre diversas disciplinas, permitindo que novas perspectivas sejam oferecidas para o entendimento de questões multifacetadas.

Outrossim, no âmbito educacional, a interdisciplinaridade se apresenta como uma estratégia pedagógica que valoriza a interação entre diferentes campos do saber, permitindo que os alunos possam entender as interconexões entre os conteúdos e perceber as múltiplas dimensões dos problemas que enfrentam. Ao invés de tratar o conhecimento como compartimentado, a interdisciplinaridade promove uma visão holística, onde os estudantes são incentivados a aplicar conceitos de várias disciplinas em contextos práticos, desenvolvendo habilidades críticas, criativas e analíticas.

Ademais disso, a interdisciplinaridade contribui para o desenvolvimento de competências essenciais para a formação integral dos indivíduos, fomentando o pensamento crítico, a capacidade de resolver problemas de forma inovadora e a habilidade de trabalhar em equipe, características imprescindíveis no mundo contemporâneo. Ao promover a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, a interdisciplinaridade favorece uma educação mais completa, na qual os alunos não apenas assimilam informações, mas também aprendem a conectar e aplicar os saberes de maneira prática.

De outro vértice, no âmbito da pesquisa científica, a interdisciplinaridade tem se mostrado uma abordagem cada vez mais necessária, visto que muitos dos problemas atuais, como as questões ambientais, sociais e de saúde pública, demandam uma compreensão que transcende os limites de uma única área de estudo. A integração de diversas áreas do conhecimento permite avanços significativos, pois a troca de perspectivas contribui para a elaboração de soluções mais eficazes e inovadoras. Por exemplo, problemas complexos, como a crise climática, exigem contribuições da biologia, da economia, da política, da sociologia e de outras disciplinas para que sejam enfrentados de maneira eficaz.

A interdisciplinaridade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social e cultural contribuindo para a superação de divisões entre diferentes grupos e áreas de atuação. Ao promover o diálogo entre diferentes áreas de conhecimento e práticas culturais, a interdisciplinaridade permite que as comunidades compreendam melhor suas próprias realidades, a partir de uma perspectiva mais ampla e diversificada.

Destarte a interdisciplinaridade não só favorece o entendimento de questões científicas, mas também amplia a compreensão de aspectos sociais, históricos e culturais, estimulando a formação de cidadãos mais críticos e conscientes.

Por conseguinte, a interdisciplinaridade é mais do que uma diretriz educacional ou científica, se configura como ferramenta essencial para a construção de um conhecimento mais integrado e aplicável às necessidades e desafios do mundo contemporâneo.

Em epítome, ao integrar diferentes perspectivas e saberes, a interdisciplinaridade possibilita o desenvolvimento de soluções inovadoras e contribui para a formação de indivíduos mais preparados para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

Por final, em uma era de globalização e de constantes transformações, a interdiscipli-



naridade se configura como um valor fundamental que deve ser incentivado em todos os níveis do processo educacional e nas diversas esferas da sociedade.

CAPÍTULO 6

A GESTÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE DEMANDA
MAIS DEDICAÇÃO DA PESQUISA

Primeiramente, a gestão de serviços de saúde é um campo fundamental para a melhoria da qualidade de vida da população e, conseqüentemente, para o bom funcionamento do sistema de saúde de um país. A gestão envolve não apenas a administração de recursos financeiros e humanos, mas também o desenvolvimento de modelos inovadores, soluções tecnológicas e metodologias que visem otimizar o atendimento e a experiência do paciente. No entanto, para que essa gestão seja eficiente e traga os resultados esperados é imprescindível que a pesquisa dedicada à área saúde seja constantemente incentivada e ampliada.

Destarte, faz-se mister reconhecer que os desafios enfrentados por gestores de saúde estão além da simples organização de serviços. A demanda por uma assistência individualizada e personalizada, de melhor qualidade e com maior eficiência, tem sido uma constante em diferentes partes do mundo.

No Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta dificuldades relacionadas à superlotação, falta de recursos, gestão descentralizada e desigualdade no acesso aos serviços. A pesquisa acadêmica aplicada nos diferentes níveis do SUS apontam soluções viáveis e sustentáveis para esses problemas, além de fornecer embasamento teórico e prático para a tomada de decisões políticas e administrativas.

A pesquisa, nesse contexto, deve abranger uma gama de aspectos, desde a análise de processos operacionais até a implementação de novos modelos de gestão. Estudar a relação entre tecnologia e saúde, por exemplo, é uma área que tem ganhado crescente importância, com a incorporação de sistemas de informação, inteligência artificial e telemedicina para otimizar a comunicação entre profissionais e pacientes, além de possibilitar um atendimento remoto e mais ágil.

Outro ponto relevante é a gestão de recursos humanos, que envolve a formação e capacitação permanente dos profissionais de saúde. A pesquisa nesse campo pode contribuir para a criação de programas de treinamento mais eficazes, para a melhoria do trabalho em equipe e o desenvolvimento de competências que atendam às necessidades do sistema de saúde, que encontra-se em constante transformação.

A saúde mental dos profissionais é outro aspecto a ser considerado, a sobrecarga e o estresse no ambiente de trabalho são fatores estressantes que impactam diretamente na qualidade do atendimento ao paciente.

Ademais disso, a gestão de serviços de saúde precisa lidar com as questões éticas e legais, que exigem acompanhamento constante e a criação de normativas claras para o funcionamento do sistema.

A pesquisa, nesse aspecto, pode atuar na criação de diretrizes e políticas públicas que orientem as práticas dentro dos serviços de saúde, promovendo transparência e segurança para os pacientes e os profissionais. Por conseguinte, a gestão de serviços de saúde demanda uma dedicação crescente à pesquisa, que deve ser multidisciplinar e focada em soluções práticas e inovadoras.

Em epítome, somente por meio de uma gestão bem estruturada, apoiada por dados científicos e evidências, é possível avançar no atendimento às necessidades da população e superar os desafios que o sistema de saúde enfrenta atualmente.

Por final, a pesquisa continua se configurando como ponto chave para o levantamento de informações e transformação do setor da saúde, configurando no aprimoramento da qualidade dos serviços oferecidos à população.

CAPÍTULO 7

EDUCAÇÃO COMPARADA – DESDE QUE BEM
ESTUDADA

A Educação Comparada, enquanto campo acadêmico e de pesquisa, tem se consolidado como uma área essencial para a compreensão das dinâmicas educacionais em diferentes contextos e culturas. A principal finalidade da educação comparada é analisar os sistemas, práticas e resultados educacionais encontrados em países e regiões distintas, buscando identificar tanto semelhanças quanto diferenças que possam contribuir para o aprimoramento das políticas e práticas pedagógicas.

Para estudar a Educação Comparada requer uma abordagem rigorosa e bem estruturada, uma vez que as diferenças culturais, sociais, econômicas e históricas entre as regiões analisadas desempenham um papel significativo nos resultados observados. Para isso, é necessário o uso de metodologias que permitam uma análise equilibrada, evitando julgamentos ou generalizações simplistas. A perspectiva comparativa não visa classificar ou hierarquizar os sistemas educacionais, mas sim promover o entendimento de como cada um responde às necessidades em suas respectivas sociedades.

Um dos benefícios mais evidentes da Educação Comparada é sua contribuição para a formulação de políticas públicas. Ao compreender as práticas bem-sucedidas em um país, os formuladores de políticas públicas podem adaptar essas estratégias a suas realidades locais. Por exemplo, estudos comparativos entre sistemas educacionais europeus e asiáticos frequentemente revelam diferenças significativas na forma como a educação é organizada, financiada e avaliada, o que pode inspirar reformas educacionais em outros contextos.

A Educação Comparada é relevante ao promover o respeito pela diversidade cultural e a inclusão. Ao analisar como diferentes sistemas educacionais lidam com questões como desigualdade, diversidade lingüística e pluralidade religiosa, os pesquisadores podem oferecer “*insights*” valiosos para a construção de sociedades mais justas e equitativas.

No entanto, para que a Educação Comparada cumpra plenamente seu papel, é fundamental que seus estudos sejam conduzidos com profundidade e seriedade. Isso significa ir além de comparações superficiais, explorando as nuances que moldam cada sistema educacional. Assim, é imprescindível que os pesquisadores estejam atentos às limitações de seus próprios contextos, reconhecendo os vieses que podem influenciar suas interpretações.

Em epítome, a Educação Comparada se constitui instrumental poderoso na compreensão e o aprimoramento da educação em escala global. Desde que bem estudada e conduzida com o devido rigor acadêmico, a educação comparada oferece um panorama detalhado das práticas educacionais ao redor do mundo, soluções criativas e eficazes para os desafios enfrentados por sistemas educacionais em diferentes contextos.

Nesse sentido, por final, o papel da Educação Comparada é insubstituível para a construção de um futuro educacional mais equitativo e inclusivo.

CAPÍTULO 8

LUIS CARLOS BRESSER PEREIRA E O
NEODESENVOLVIMENTISMO

Primeiramente, Luiz Carlos Bresser Pereira, um dos economistas e cientistas sociais mais influentes do Brasil, tendo desempenhado um papel central no desenvolvimento e disseminação do conceito do neodesenvolvimentismo.

O paradigma econômico e social do neodesenvolvimentismo surgiu como alternativa ao neoliberalismo, buscando equilibrar crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade fiscal.

O pensamento do economista Bresser Pereira está profundamente enraizado em sua compreensão das particularidades históricas e estruturais das economias em desenvolvimento, especialmente da realidade brasileira.

Outrossim, o neodesenvolvimentismo, proposto por Bresser Pereira, rejeita a ideia de que um mercado econômico é capaz de alocar recursos de forma ótima e promover crescimento sustentável sem intervenção ativa do Estado.

Para Bresser Pereira, em países periféricos é fundamental a presença de um Estado forte e estratégico, capaz de planejar e implementar políticas públicas educacionais, tecnológicas e industriais. Essas políticas visam promover a diversificação econômica, reduzir desigualdades sociais e criar condições para um crescimento sustentável e inclusivo.

Destarte, um dos contributos mais significativos de Bresser Pereira ao neodesenvolvimentismo é sua análise sobre a “doença holandesa” e a necessidade de uma taxa de câmbio competitiva.

Ele ressalta que muitos países em desenvolvimento sofrem de apreciações cambiais excessivas devido à exportação de *commodities*, o que compromete a competitividade da indústria nacional. Para Bresser Pereira, políticas cambiais ativas são essenciais para corrigir esses desequilíbrios e estimular a industrialização.

Outro ponto central do neodesenvolvimentismo é a ênfase na distribuição de renda como um motor do crescimento econômico. Bresser Pereira defende que o fortalecimento do mercado interno, por meio do aumento do poder aquisitivo das classes trabalhadoras, é uma condição essencial para o desenvolvimento econômico sustentável. Essa perspectiva contrasta com o neoliberalismo.

Em epítome, o Neodesenvolvimentismo faz jus à percuente atenção.

CAPÍTULO 9

OCEANOS – TESOURO DA HUMANIDADE

Em princípio, os oceanos, que cobrem cerca de 71% da superfície do planeta, são verdadeiros tesouros da humanidade. Esses vastos corpos de água salgada desempenham um papel crucial na regulação do clima, na geração de oxigênio e na manutenção da biodiversidade. Além disso, os oceanos são fonte de alimentos, energia e recursos minerais, sendo fundamentais na sobrevivência e desenvolvimento humano.

Um dos principais benefícios dos oceanos é sua função como reguladores climáticos. Eles absorvem grande parte do calor proveniente da radiação solar e distribuem essa energia pelo planeta por meio de correntes marinhas, como a Corrente do Golfo. Esse mecanismo ajuda a estabilizar as temperaturas e a criar condições propícias para a vida em diversas regiões.

Ademais, os oceanos são responsáveis por mais de 50% do oxigênio presente na atmosfera, produzido principalmente pelo fitoplâncton, um conjunto de organismos microscópicos que habitam as águas superficiais. Os organismos não apenas contribuem para a respiração humana, mas também sustentam a base da cadeia alimentar marinha.

A biodiversidade dos oceanos é outro ponto de destaque. Estima-se que eles abrigam milhões de espécies, muitas ainda desconhecidas. Essa riqueza biológica não apenas garante o equilíbrio ecológico, mas também oferece inúmeras possibilidades para a ciência e a medicina, como novos medicamentos extraídos de organismos marinhos.

Os oceanos são fonte essencial de alimento para milhões de pessoas ao redor do mundo. A pesca sustenta comunidades inteiras, enquanto a aquicultura vem se consolidando como uma alternativa sustentável para suprir a demanda crescente por peixes e frutos do mar. Além disso, avanços tecnológicos permitem a exploração de energia renovável, como a eólica *offshore* e a energia das ondas, ampliando o potencial econômico dos mares.

Contudo, apesar de sua importância inquestionável, os oceanos enfrentam ameaças crescentes. A poluição, o superaquecimento global, a acidificação das águas e a pesca predatória são alguns dos desafios que comprometem sua saúde e a capacidade de sustentar a vida. É imperativo que governos, empresas e indivíduos unam esforços para preservar esse bem comum, promovendo práticas sustentáveis e investindo em pesquisa e educação ambiental.

Em epítome, os oceanos se constituem muito mais do que vastos corpos d'água, eles são um patrimônio natural insubstituível, cujo valor transcende aspectos ecológicos e econômicos.

Por final, proteger e valorizar os oceanos são essenciais para garantir a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, reafirmando seu papel como verdadeiro tesouro da humanidade.

CAPÍTULO 10

AUDITORIA - TECNOLOGIA NECESSÁRIA

Em primeiro lugar, a auditoria se configura em práxis essencial no cenário corporativo e institucional, desempenhando um papel crucial na garantia da transparência, conformidade e eficiência das organizações. Como técnica necessária para o bom funcionamento das instituições, a auditoria não apenas avalia as operações e os controles internos, mas também promove a confiança dos “*stakeholders*” e auxilia na prevenção de riscos.

Outrossim, a auditoria consiste no processo sistemático de exame e avaliação das atividades, registros e controles de uma organização, com o objetivo de assegurar que os processos estejam em conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis. Verificam-se dois tipos principais de auditoria: interna e externa. A auditoria interna é conduzida por profissionais da própria organização, enquanto a auditoria externa é realizada por terceiros independentes, garantindo maior imparcialidade.

A auditoria é uma ferramenta indispensável para identificar falhas, fraudes e ineficiências dentro das organizações, sua aplicabilidade permite promover a transparência das informações geradas. Ao verificar a precisão das informações financeiras e operacionais, a auditoria contribui para a credibilidade das organizações perante investidores, clientes e órgãos reguladores.

Outra faina consiste em identificar e mitigar riscos, visto que a auditoria detecta vulnerabilidades e oferece soluções para minimizar impactos negativos, sejam eles financeiros, jurídicos ou em termos de reputação.

Em derradeiro, releva aprimorar os controles internos, porquanto a análise crítica dos processos internos ajuda a fortalecer os sistemas de controle, promovendo a eficiência e prevenindo perdas. De outro vértice, busca garantir a conformidade avulta como tarefa relevante, porquanto a auditoria assegura que as organizações estejam operando de acordo com as leis, regulamentações e normas aplicáveis ao setor.

Com os avanços tecnológicos e o aumento na complexidade dos negócios, a auditoria também evoluiu significativamente. Hoje, o uso de instrumentos digitais como a análise de dados e a inteligência artificial, permite uma avaliação mais rápida e precisa. A auditoria evoluiu de função meramente reativa para uma atividade proativa, orientada para a geração de valor e inovação.

O auditor é o profissional responsável por conduzir o processo de auditoria, aplicando conhecimentos técnicos e éticos para analisar as informações e emitir opiniões fundamentadas.

Em epítome, a auditoria se constitui, sem dubiedade, em técnica necessária para o sucesso das organizações. O papel da auditoria vai além de verificar e corrigir, se entende como um mecanismo estratégico para promover a governança corporativa, gerenciar riscos e garantir a sustentabilidade das atividades.

Por final, em um mundo cada vez mais dinâmico e interconectado, a auditoria se posiciona como pilar essencial para a credibilidade e longevidade das instituições.

ISBN: 978-65-6068-134-7

CDL



9 786560 681347

